

Ano XXIV nº 6109 – 05 de agosto de 2019

Bancários reafirmam defesa da soberania nacional

Reforçar a luta contra a reforma da Previdência, que vai dificultar e reduzir a aposentadoria de milhões de brasileiros; defender os bancos públicos e demais estatais; defender a soberania nacional, ameaçada pela política entreguista do atual governo; e manter a unidade nacional da categoria bancária, da qual é fruto uma CCT válida em todo o país, para trabalhadores de bancos privados e públicos. Estas foram algumas das resoluções aprovadas pelos 604 delegados e delegadas (395 homens e 209 mulheres), da 21ª Conferência Nacional dos Bancários, que iniciou na noite de sexta-feira (02/08) e encerrou-se neste domingo (04/08), na Quadra dos Bancários, na capital paulista.

Nos três dias da conferência, os bancários receberam especialistas e lideranças políticas em mesas que debateram conjuntura, soberania nacional, trabalho bancário e reforma da Previdência. Dessas discussões foram formuladas as resoluções finais e moções.

Para a categoria, a PEC 6/2019 é o principal projeto de destruição do governo Bolsonaro e seu ministro da Economia, Paulo Guedes. Ela é anunciada pelo governo como a única possibilidade de reativar a economia e gerar emprego, mas isso é uma mentira. A resolução aprovada na conferência destaca que, se aprovada, a reforma da Previdência vai impedir o acesso à aposentadoria de milhões de brasileiros, principalmente os de mais baixa renda. Vai aumentar a miséria, e a renda disponível para idosos, reduzindo o consumo e desacelerando ainda mais a economia.

Lembramos que os diretores do SindBancários Petrópolis, Carla Lima, Conrado Klippel e Marcos Alvarenga, participaram da Conferência em São Paulo. A matéria completa você pode encontrar em nossa página na internet - www.sindbancariospetropolis.com.br.



Bolsonaro pretende prolongar carga horária dos bancários

Uma medida em estudo é acabar com cargas horárias reduzidas para determinadas categorias profissionais, como bancários, músicos e jornalistas. Isto foi incluído e depois retirado do relatório em acordo por parlamentares, mas pode voltar como emenda no plenário. Contudo, o relatório também revoga a lei 4.178/62, que veda a abertura de bancos e outros estabelecimentos de crédito aos finais de semana.

Outra demanda de parlamentares que poderá ser atendida pelo governo nos próximos meses é a flexibilização de cotas para a contratação de jovens aprendizes com deficiência, alvo de reclamação de empresas. O relatório da MP da Liberdade Econômica foi aprovado na Comissão Especial da Câmara na semana passada.

Caixa suspende o cancelamento do PDV

Devido ao cancelamento do PDV ter sido suspenso e segundo a Centralizadora Nacional de Gestão de Pessoas (Cepes): os pedidos de não alteração de data desligamento do PDV serão considerados e avaliados e será dado retorno ao empregado, dentro das possibilidades.

O presidente da Caixa, Pedro Guimarães, anunciou na última quarta-feira (31/07), via transmissão de vídeo para as unidades que o banco não irá mais cancelar o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) em andamento. Até o momento não há documento formalizando o anúncio.

No vídeo também é informado que os casos excepcionais, como os de trabalhadores que já estavam com viagem ou mudança marcada, serão avaliados para que as datas originais de saída pelo PDV sejam mantidas.

